

NÉRI DE BARROS ALMEIDA
ROBSON DELLA TORRE
(ORG.)

*O Mediterrâneo medieval
reconsiderado*



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade
TERESA DIB ZAMBON ATVARS

EDITORA
UNICAMP

Conselho Editorial

Presidente
MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACHEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO
MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI
MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.
RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

EDITORA UNICAMP

CONCLUSÃO

AUSÊNCIA E PRESENÇA DO
MEDITERRÂNEO MEDIEVAL¹

Néri de Barros Almeida

Tudo o que vive é único. É impensável que sejam idênticas duas pessoas ou duas roseiras... Onde tentam, à força, fazer desaparecer suas singularidades e peculiaridades, a vida se extingue.

Vassili Grossman. *Vida e destino*.
Rio de Janeiro, Objetiva, 2014, p. 25.

MEDITERRÂNEO E HISTÓRIA

A história não trata do futuro, embora não se possa dizer que deixe de estar comprometida com ele. A história enquanto produto da escrita não tem o poder de evitar nenhuma tragédia ou de fazer avançar o espírito humanitário. Mas isso, evidentemente, não significa que devemos abrir mão da responsabilidade de confrontar o fundamento histórico de nossas convicções e escolhas. No longínquo século V antes de Cristo, Tucídides procurou avaliar o impacto do encontro entre o grande acontecimento – a guerra – e a natureza humana. Para ele, as motivações dos homens obedeciam a forças que iam além do plano histórico e era a esse domínio que a história deveria informar e modelar. À medida que a história atual humaniza seus compromissos – por exemplo, por meio da valorização dos sujeitos e da defesa dos direitos humanos –, ela reincorpora, em novos termos, a problemática da natureza humana. O Holocausto, mais do que qualquer outro evento recente, nos obriga a considerar a natureza humana na história. Milhões de pessoas pereceram porque os carrascos contaram com o apoio de populações civis coagidas pelo medo, pela fome, pela

insegurança e, claro, motivadas pela oportunidade que se apresentou a sua violência e cobiça.²

O mundo se encontra às portas de crises humanitárias generalizadas. Nesse limiar, observamo-lo cindido em torno do discurso do choque de civilizações que anuncia respostas potencialmente cada vez mais violentas. Saídas fugazes destroem a base da solidariedade da qual depende a recuperação do planeta para a sustentação da vida humana em face dos efeitos dramáticos das mudanças ambientais que experimentamos. Essa cisão nos obriga a olhar para o passado, para o lugar em que ela supostamente se impôs, e tal lugar se chama Mediterrâneo.

Os grandes deslocamentos humanos que, em 2015, passaram a fluir de maneira alarmante para a Europa chamaram a atenção do mundo para o Mediterrâneo. Nas discussões que acompanharam o drama, foi possível observar a importância de argumentos que, implicitamente, estavam fundamentados na memória do passado medieval. Assim, opiniões contrárias à aceitação dos imigrantes pela União Europeia podiam argumentar sobre a existência de um irredutível conflito de civilizações entre duas religiões inconciliáveis que produziram resultados civilizatórios antagônicos: um Ocidente cristão progressista e um Oriente islâmico atrasado. A natureza dessa relação teria se constituído desde seu primeiro momento, conforme o testemunho do passado medieval.³ Embora superficial e generalizante, essa distinção, bem como seus fundamentos históricos, é pouco questionada, a começar pelo emprego dos termos “Oriente” e “Ocidente”, que aqui nada têm de referencial geográfico, desempenhando papel de uma pesada fronteira. Uma das forças dessa representação inflexível e genérica de espaços e pessoas reside no fato de que ela é um dos fundamentos da própria ideia de Europa. E o que é a Europa desse ponto de vista? Uma história comum – ou seja, orientada por forças históricas em um sentido comum – em um espaço, ao longo dos séculos, variável, mas com vocação decisivamente setentrional. Evidentemente, trata-se de uma leitura orientada pela escolha de um ponto de vista. Discuti-la não significa colocar em questão a Europa, mas tornar mais densa sua imagem, agregar a ela fatos na expectativa de que seu significado se enriqueça.

A posição hegemônica entre os historiadores é de que o nascimento da Europa se dá com o afastamento entre as margens norte e oeste-sul do

Mediterrâneo a partir da desagregação do mundo romano no final do século V. A expansão islâmica a partir do século VII teria tornado definitiva essa cisão. Mais tarde, entre os séculos XI e XIII, um Ocidente movido pela recuperação interna de sua economia iniciaria contraofensivas definitivas. A reconquista e as cruzadas apenas confirmariam o Mediterrâneo como fronteira.

Trata-se, portanto, de cerca de 1.600 anos chamados a testemunhar um “fato”: os destinos europeu e mediterrâneo se encontram desvinculados.⁴ A Idade Média tem um papel importante na mobilização dessa ideia. Desse modo, o surgimento da Europa figura no senso comum como uma experiência de afastamento representada pelo deslocamento do eixo histórico “europeu” do Mediterrânico para o mar do Norte e o Atlântico. Essa perspectiva dos fatos situa fora da órbita de interesse do medievalista o estudo minucioso das relações que se dão e se mantêm na bacia do Mediterrâneo durante a Idade Média.

O Mediterrâneo é um universo vastíssimo e, ao longo dos mil anos da história medieval, passou por enormes transformações. Nosso objetivo não é discutir casos particulares – o que certamente precisa ser feito –, mas apresentar a necessidade de reflexão sobre a reintegração do Mediterrâneo à Idade Média. Esta representa também a crítica ao mito da identidade europeia,⁵ importante para a abordagem lúcida de alguns de seus problemas contemporâneos, como a imigração. Norte da África, Ásia Menor, Europa e suas partes, cada uma com suas particularidades materiais e humanas – Pérsia, Palestina, ilhas e penínsulas, muçulmanos sob domínio cristão, cristãos de língua latina sob domínio muçulmano, cristãos de língua grega sob domínio muçulmano, cristãos de língua latina e grega arabizados e islamizados, persas etc. –, têm relações históricas, muitas das quais de fundamentação mediterrânica e que aguardam para ser identificadas e conhecidas.

A CONSCIÊNCIA DO MEDITERRÂNEO

a fronteirização meridional do espaço europeu se mostra mais problemática que a delimitação da Europa para a constituição do mercado comum. Na falta de ser verdadeiramente pensada em suas consequências, essa construção de fronteiras identitárias opera de maneira selvagem, sobre critérios culturais, religiosos, éticos

AFIESTA
MSNTO
DA
EUROPA

implicitos, que arriscam erigir, em relação ao sul, uma Europa mais branca e cristã do que ela jamais foi.⁶

Nosso Mediterrâneo precisa ser situado no contexto e no complexo mundial. Ele carrega em si a crise do mundo todo ao viver sua crise singular. Da mesma forma que o mundo necessita de uma mundialização de compreensão e solidariedade, o Mediterrâneo necessita de uma mediterraneanização da compreensão e da solidariedade; da mesma forma que o mundo só pode se salvar com a ajuda de uma religião da fraternidade humana, o Mediterrâneo só pode se salvar com a ajuda de uma religião mediterrânea; da mesma forma que o mundo necessita de instâncias de decisão para seus problemas comuns de vida e de morte, o Mediterrâneo necessita de instâncias de decisão para seus problemas nucleares, econômicos, ecológicos, militares.⁷

A história não apenas registra como também produz memória. As injunções que afetam a memória do passado, mesmo o mais recuado, são em boa medida resultantes de compromissos assumidos no presente da escrita histórica. Esse fato, bem conhecido dos historiadores, confere à historiografia ou à crítica da escrita histórica papel imprescindível no estabelecimento de um conhecimento histórico comprometido com a emancipação da pessoa. Hoje, a crítica histórica é urgente no que diz respeito à memória do passado mediterrânico, base de nossos julgamentos sobre situações do presente como o terrorismo internacional, os conflitos na região e os fluxos migratórios tanto recentes quanto mais antigos. Não temos a intenção de explicar situações específicas vinculadas ao presente recorrendo ao passado medieval. Interessa-nos questionar as bases históricas de nossos julgamentos quando, por um lado, tem-se um campo de observação limitado às relações de conflito religioso e, por outro lado, atribui-se a instabilidade dos estados nas regiões sul e leste do Mediterrâneo a uma diferença qualitativa em relação ao norte que residiria na incapacidade para o desenvolvimento político autônomo

Os conflitos que vivemos têm um presente que não se furta à percepção. Sua resolução não se encontra no passado distante. No entanto, por toda parte, despreparo e desinteresse comungam para sua irresolução. Uma das formas de nos prepararmos para enfrentar tais questões é saber qual é o lugar que o passado deve ter em sua consideração. A própria ideia de oposição entre Ocidente cristão e Oriente muçulmano, aceita como a maior das evidências,

vacila diante das evidências de uma Europa muçulmana representada hoje, primeiramente, por Albânia e Kosovo, mas também por Bósnia, Herzegovina, Sérvia, Montenegro e Rússia, marca da presença do Império Otomano no "território europeu" entre os séculos XVI e XX. O Mediterrâneo-fronteira que conhecemos é fundamental para sustentar a ideia que contraria as evidências de uma Europa mediterrânea. Cumpre fazer emergir a história do Mediterrâneo quando ele não se molda à condição de fronteira, começando pelo passado medieval.

O Mediterrâneo está presente, mas sua presença é quase sempre qualificada de maneira a subordiná-lo, torná-lo secundário. A narrativa dos fatos históricos repete esse não reconhecimento dos sujeitos locais, relegados à condição de figurantes da imaginação histórica ocidental. Isso se deve a dois fatores. Por um lado, a maneira como a Europa olha para o mundo que entende como não ocidental e, por outro, a forma como a história é feita, a partir de idealizações, que impede a inclusão de todos como sujeitos em sua narrativa.

A Europa entende-se como resultado de um processo que não é mediterrâneo, mas medieval, ou seja, plenamente continental, ocidental e setentrional. Assim, a despeito do interesse que desperta, de sua importância evidenciada pelos fatos, a abordagem do Mediterrâneo continua deficiente. Isso se deve a razões históricas, dentre as quais se conta, evidentemente, a própria ideologia que sustenta a incapacidade endógena dos povos do Sul e do Leste para o desenvolvimento, e a motivos internos ao campo investigativo. Em reflexão sobre o Mediterrâneo, Edgar Morin denuncia a submissão do mundo ao pensamento linear, quantitativo, especializado; a redução da capacidade de perceber a causalidade complexa a que tudo obedece em favor da causalidade mecânica: "ela produz o cegamento, não apenas para a existência, o concreto, o individual, mas também para o contexto, o global, o fundamental".⁸ Não houve interesse em constituir um campo para o estudo do Mediterrâneo. Estudam-se o africanismo, o americanismo, o europeísmo, o indianismo, mas não existem nas ciências humanas e sociais esforços para a constituição de um ambiente de reflexões dedicado a um "mediterraneanismo". Edgard Morin fala do Mediterrâneo inencontrável, seja das representações materiais (por exemplo, a ausência de mapas do Mediterrâneo!), seja das representações mentais. Segundo ele, para que o Mediterrâneo seja reencontrado, é preciso

XIMP
UNISTE
FRONTE
ECONOMIA
NAO
XIMP

XIMP

que as mentes se “mediterrânicizam”,⁹ e a história, em particular a da Idade Média, tem um papel importante a desempenhar nisso.

A história do Mediterrâneo tem sido contada como uma longa sucessão de conflitos há tempo bastante para que essa simplificação interpretativa tenha ganhado estatura de fato, constituindo os recursos por meio dos quais observamos e compreendemos situações e personagens atuais. A lógica dos conflitos – sem dúvida, verdadeira e importante – impõe necessariamente à história, vencedores e perdedores, submetidos à lógica da hegemonia e da dominação. Também impõe temporalidades estendidas que ultrapassam o tempo da vida social e, portanto, deixam de fora outros domínios das relações históricas. A história contada como grandes ciclos de dominação e hegemonia (Impérios do Oriente Médio Antigo, Império Islâmico, Impérios coloniais europeus) exibe a herança ao longo de séculos, e mesmo milênios, de uma espécie de virtude progressiva e perene, chamada de civilização, que coroa alguns – os vencedores – e submete os demais.¹⁰ O Mediterrâneo seria o epicentro dessa dinâmica e seu maior “testemunho”. A lógica do conflito – seja aquela do conflito colonial cujos resultados “atestam” a “superioridade” do dominador, seja aquela mais recente em que é proposta a aniquilação material e simbólica do dominador¹¹ – congela o Mediterrâneo, local de deslocamento e de trocas, em forma inteira. É essa forma de ver o mundo reproduz o conflito e suas bases ideológicas que falam de um lado em superioridade, atraso e civilização e de outro em tornar absoluta uma identidade. Portanto, é vital a discussão sobre a forma como nossas mentes foram preparadas para imaginá-lo. Do questionamento e da reconfiguração, com base em dados históricos, da memória do Mediterrâneo depende nossa capacidade de imaginar um futuro fora da lógica do conflito. George Corm, economista e historiador libanês, fala no Mediterrâneo como “espaço de conflito” e “espaço de sonho”. Se não é possível atingir o Mediterrâneo de sonho (aquele cuja representação mais se aproxima de seus fatos e sujeitos),¹² ao menos devemos questionar o que o Mediterrâneo do conflito oculta à percepção dos acontecimentos e à sua interpretação.

A visão das trocas mediterrâneas não está mais limitada à ideia de transmissão de bens materiais por uma compensação. Trata-se também de trocas simbólicas que representem o reconhecimento mútuo. No campo da escrita da história, ainda não atingimos a “coincidência entre um espaço

material e um espaço de escrita”.¹³ Essa distância será mantida enquanto o Mediterrâneo europeu-ocidental, produtor de um aparelho teórico – filosófico, moral e científico – de sua legitimação, continuar a se estabelecer em detrimento da história desconhecida do Sul, do Leste e de suas relações com o Norte.

A perspectiva braudeliana das trocas permite que o Mediterrâneo escape do fechamento em “comunidade”, transgredindo, dessa forma, as fronteiras entre Norte e Sul, a Europa e o restante do mundo, Oriente e Ocidente, cristianismo e islã. Para Veauvy, não se trata, portanto, de substituir a concepção de Braudel, mas de realizar uma lenta desestabilização da figura tutelar do autor de *O Mediterrâneo* e uma relativização de sua visão desse espaço como conjunto.¹⁴

Embora seja possível, e necessário, passar das trocas materiais às trocas imateriais, o trânsito de mercadorias é, mesmo durante a Idade Média, uma das características constantes da história mediterrânea¹⁵ e um dos elementos em que se expressam as próprias trocas imateriais.¹⁶ O Mediterrâneo antigo e medieval é, a este propósito, exemplar. A dimensão das trocas humanas é identificável justamente no domínio das trocas materiais em que o Mediterrâneo tem protagonismo.¹⁷ Nesse espaço, as relações entre os homens ajudam a melhor qualificar seus sentimentos mútuos e fatos de coexistência entre “iguais e diferentes”. Não é possível imaginar que as relações entre as diferentes margens do Mediterrâneo se dessem em torno de princípios comuns de orientação e de organização, mas podemos observar, operando nas relações até ao menos o século XIII, uma “autonomia” de dimensões da vida social, como a política, a economia e a religião, que permitiu que a coexistência se desse em momentos pontuais, mas de grande importância para a percepção contemporânea de si dos “sujeitos mediterrâneos”.¹⁸ Essa “autonomia” das dimensões da vida social a que nos referimos – mais do que sua indistinção completa como normalmente se professa a respeito da Idade Média – revela pontos essenciais de observação que, se têm nos poderes “gerais” uma dimensão não desprezível, encontram nas manifestações infraestatais uma expressão de igual importância.

Eric Hobsbawm e Alain Touraine têm apontado para a dissolução dos Estados territoriais, seja por conta de uma adesão irrestrita ao neoliberalismo e ao recuo do Estado de Bem-Estar Social, seja pela concorrência de forças

políticas e militares representando impedimento à sua efetividade.¹⁹ Nesse sentido, o sociólogo, mais otimista e à vontade para identificar potências capazes de construir um futuro positivo, aposta na autonomia das instâncias, para cuja imaginação as situações mediterrânicas (por exemplo, suas lógicas territoriais e “nacionais”, jurídicas e dinásticas específicas) do passado medieval podem – parcialmente – nos preparar.

A ideia de uma unidade mediterrânea é gêmea daquela de uma identidade mediterrânea. Nisso consiste uma das ciladas da tentativa de criação de um “mediterraneanismo”, uma vez que, como dissemos acima, apenas a pluralidade de tempos e espaços assegura que a totalidade verdadeira do Mediterrâneo venha à tona. Mas, ao mesmo tempo que existe uma armadilha da “identidade”, pois o mesmo discurso que a defende pode estar produzindo-a, esta é uma dimensão a ser lembrada e esclarecida. Sem adotar a identidade como um problema maior de nossa proposta de trabalho, lembramos a propósito do problema que o tema nos coloca que “sem dúvida, não há identidade mediterrânea, mas preferencialmente um fato mediterrâneo ligado às trocas [...] repousando sobre uma pluralidade de polos, de tensões, de confrontações que convém decifrar – no tempo e no espaço [...]”.²⁰ Não se trata de negar as identidades, mas de afirmar seu caráter fluido e o papel das relações em sua dinâmica. Quando pensamos nas relações entre islã e cristandade, fazemos generalizações imensas de ambos os lados. Se, no entanto, levamos em consideração as diversidades internas tanto do islã quanto da cristandade em termos de língua, costumes, política e dinâmica dos territórios, percebemos melhor a fluidez das “culturas”, seu caráter instável em torno de elementos de mutação mais lenta, como os hábitos domésticos (vestuário, alimentação) e religiosos, que estão a serviço da comunicação dentro de um grupo mais do que contra os grupos externos ao círculo mais estrito de convívio.

No que se refere à Idade Média, o sentimento de que existe uma identidade europeia não decorre primeiramente do assentimento das vontades, mas de um processo que, em princípio, não tinha a intenção de criar ou de preservar uma “Europa”, mas de afirmar determinado grupo e ideias dentro dela. O expoente decisivo em sua criação foi a Igreja romana e seu pragmatismo político cada vez mais atuante em termos de autopreservação a partir das reformas eclesiásticas que tiveram lugar na

segunda metade do século XI. As ferramentas em uso na atualidade que recuam à Idade Média se encontram vinculadas a noções do campo da identidade, como as ideias de unidade religiosa, de civilização, e de modo mais difuso à percepção de que há algo no passado que constitui um povo e sem o qual se corre o risco da aniquilação. Então, cabe à história voltar aos fatos e verificar o que há nesse passado.

Outro exemplo: na avaliação da “identidade” islâmica que entra na consideração de fatos atuais, tem peso preponderante a rejeição àquele que seria um traço geral de sua cultura, a concepção teológica da política. Tal avaliação alija fatos importantes, quer do presente e do passado relacionados ao laicismo entre povos de fé islâmica, quer da própria história de tolerância religiosa do islã que evidencia o potencial laico em sua experiência histórica. Os dados generalizantes obscurecem fatos recentes como as relações severamente desiguais impostas pelas potências ocidentais ao mundo islâmico que impedem o avanço da cultura democrática e laica nesses países em favor de uma verdadeira crença ocidental no valor do liberalismo econômico em detrimento de qualquer outro sistema de valores. Não se está diante de uma luta de civilizações, mas da imposição geral de um sistema de valores fechado à análise das situações e às relações específicas.

Se a consciência de pertencimento a uma mesma fé tem consequências identitárias, é fundamental lembrar que essa fé se encontra pulverizada em diversos territórios que se projetam para muito além do que entendemos modernamente como Europa na Idade Média. De um ponto a outro do Mediterrâneo, podemos dizer que há especificidades e certamente conflitos, mas não podemos dizer que tudo nele seja estranhamento e rejeição. Os conflitos não monopolizam as relações e há contatos cotidianos, em que a fé não está em questão. ~~há~~ NÃO HÁ CONFLITOS

A escrita dessa história deve estar orientada em duas direções complementares. Em primeiro lugar, identificar os falseamentos e obscurecimentos produzidos pela construção da memória do passado medieval. Pensamos na superioridade atribuída a uma ideia de civilização, de nação, progresso e, mais recentemente, de globalização.²¹ Em segundo lugar, enfrentar a escrita do “fazer-se da Europa” como parte da história do Mediterrâneo.²²

MVP
 HÁ
 F. COM
 COM
 MAIOR
 ATENÇÃO
 JESUS
 CONTATOS
 COTIDIANOS

EUROPA, IDADE MÉDIA E MEDITERRÂNEO

No século XIX, a história medieval estava implicada nas políticas nacionais e os historiadores constituíam uma autoridade respeitada pelas lideranças políticas e pela opinião pública.²³ Na Europa, a história medieval desfrutava do prestígio de testemunho das origens nacionais. Hoje, o contexto político leva ao movimento inverso. A necessidade de dar sustentação e legitimidade à União Europeia transformou a Idade Média em berço da Europa. Um exemplo situado nos primórdios da construção da atual comunidade europeia pode ser encontrado na obra do medievalista Jacques Le Goff, incansável defensor da ideia de Europa.²⁴

Como inúmeros outros europeus nascidos entre fins do século XIX e o começo do século XX, Le Goff viveu os efeitos destrutivos das disputas entre as diferentes nações europeias que levaram às duas Grandes Guerras. Essas gerações estiveram polarizadas entre os nacionalistas, que nas disputas defendiam os interesses próprios de seus países, e o espírito supranacional dos que viam na construção de uma Europa unida a oportunidade para uma paz duradoura. A Europa defendida por Le Goff é aquela dos elementos que aproximam e unem. Sua Idade Média demandava a valorização dos dados que podiam ser generalizados e a plasticidade das sínteses culturais. Sua obra *A civilização do Ocidente medieval*, publicada em 1964, tem um título que realiza diversas operações. Em primeiro lugar, coloca de lado o pejorativo “Idade Média”, que tinha ainda a desvantagem de ser excessivamente retrospectivo, remetendo mais para um passado consumado do que para aquele que deixa um legado ao futuro, e afastava definitivamente do horizonte a expressão “Idade das Trevas”, valorizando as potências afirmativas do passado medieval. Por fim, ao adotar “civilização”, evocava um legado e também se afastava da história religiosa e institucional da “cristandade medieval”. Suas escolhas estavam fundadas em fatos e em temores legítimos da história de seu tempo. Mas hoje, a política europeia e o seu sistema de valores se encontram diante de outros problemas, dentre os quais se destacam aqueles relativos aos conflitos aos quais se atribui o fundamento étnico-religioso.

Hoje, talvez o mais importante não seja apontar os elementos de homogeneidade, mas sim como o passado medieval lidou com a diferença. Um exemplo, imperfeito, mas importante aos esforços para a mudança da

representação do passado medieval que participa de julgamentos feitos no presente, pode ser buscado nos estudos de etnogenese. Estes mostram que a Idade Média europeia resulta de etnias diversas.²⁵ Mais importante ainda, mostram que as etnias, desde a época tardo-antiga, não foram o critério para o estabelecimento das comunidades. Dessa forma, os termos godo, alamanco, franco, lombardo nomeiam agrupamentos étnicos compostos e não etnias específicas. Os reinos que foram fundados sob o nome desses povos testemunham um sistema de acordos estável e eficiente. Se as realezas se digladiam e os reinos lutam entre si, a unidade designada pelo nome do povo reage com evidente estabilidade mesmo em face das partilhas sucessórias.

Essa maneira de lidar com as diferenças étnicas e religiosas está superada e evidentemente não pode servir de modelo para a prática presente. Ela merece, no entanto, ser lembrada. Em primeiro lugar, porque apenas parte dessa experiência foi incorporada à memória histórica europeia. Em segundo lugar, porque uma memória mais plena terá efeitos sobre a forma como os problemas étnicos são vistos hoje. Trata-se de uma perspectiva crítica dos sistemas de valores em questão de maneira a apontar neles não responsabilidades passadas – o que seria inútil –, mas sim potências capazes de contribuir para um futuro de paz, em que se conta primeiramente uma outra autopercepção europeia.

A identificação entre Europa e Idade Média depende de dois pressupostos: o da constituição da porção centro-ocidental do continente europeu em um bloco territorial isolado das trocas mediterrâneas e o cristianismo como dado fundamental de sua identidade. Essa visão é verdadeira apenas em linhas gerais. A generalização retrospectiva dessa síntese – que pode ser verificada apenas a partir do século XVI – resulta na ideia de uma Europa definida pelo afastamento em relação ao Oriente e por um caráter cristão exclusivo (ou seja, que realiza exclusão,²⁶ ou, em outros termos, que civiliza – no sentido restrito do termo civilização). Esse ponto de vista tem evidentemente repercussão no campo político contemporâneo quando se trata dos instrumentos abstratos de que dispõem os europeus de modo geral para pensar os “não europeus”.

A Idade Média não se restringe à Europa da tradição geográfica moderna, embora seja estudada como tal. Seus documentos, organizados segundo a lógica dos Estados nacionais, operam recortes que remetem à história francesa,

inglesa, alemã, portuguesa, espanhola, italiana *avant la lettre*. Se a lógica nacional só é adequada à observação retrospectiva da Idade Média, o ponto de vista universal dado por uma Igreja cristã ocidental sediada em Roma também não se deixa moldar facilmente. Roma nunca deixou de se reconhecer parte de um conjunto que envolvia as Igrejas do Oriente. Os estudos de Robson Della Torre, André Miatello e Stéphane Gioanni deixam claro que a posição política buscada por Roma ao longo da Idade Média foi construída tendo os olhos fixos no Oriente cristão e também no Mediterrâneo. Note-se ainda que o auge de seu protagonismo político se anuncia a partir do planejamento e da coordenação de ações para sua defesa no Mediterrâneo à medida que as conquistas e os saques islâmicos avançam em direção a Roma. O que está, em princípio, em questão no século IX é a defesa de um patrimônio e a autonomia de uma autoridade e não de uma fé. Esse pragmatismo pode ser observado ao longo de toda a história medieval da relação entre cristãos e muçulmanos.²⁷ As situações que, segundo os historiadores, constroem o afastamento entre as porções latina e grega da cristandade duram séculos, de tal forma que podemos, inversamente, dizer que documentam a importância atribuída pelas partes à sua ligação (as diversas crises doutrinárias, por exemplo, em torno da Trindade, do *Filioque* e da eucaristia; a crise iconoclasta; as disputas de autoridade entre papado e patriarcado; as hostilidades e os rompimentos ao longo das cruzadas etc.).

Essa unidade convivia com uma diversidade que atuava como fator de primeiro plano por ocasião das decisões de ordem política. Assim, durante as cruzadas, vemos Bizâncio reiteradamente demonstrar sua desconfiança em relação aos cruzados e mesmo abandonar acordos de ajuda mútua, expondo os latinos a morte certa, como aconteceu no cerco de Antioquia em 1098. A tomada de Constantinopla pelos latinos durante a quarta cruzada (1202-1204) marcou uma mudança política que tornou clara outra percepção das relações entre as porções latina e grega da cristandade. Apesar disso, essas relações se romperam de forma decisiva apenas mais tarde por força da conquista turca.

É significativo que, após o final do século XIII, a diferença teológica entre latinos, gregos, nestorianos, jacobitas, maronitas e armênios, que havia muito tinha chegado a um ponto de acomodação, também passou a constituir problema e deu lugar a conflitos. Podemos nos perguntar se o fracionamento

da região mediterrânea – que marca a imaginação geográfica, política e cultural de hoje – não é tanto o resultado de animosidades e ressentimentos concretos como de processos simbólicos voluntários. Tais processos estão em parte ligados à dinâmica interna da cristandade latina, como, por exemplo, às estratégias de afirmação do poder do papado, bem como das diversas realidades nacionais, sobretudo alemã, francesa e inglesa. Estratégias que terão como resultado o aparecimento, no século XVI, de uma identidade idealizada e fechada que se pode chamar de “europeia”.

A esse respeito, as cruzadas e a pregação anti-herética foram dois eventos maiores. Durante os séculos XII e XIII, as cruzadas, pelo viés do conflito direto e das representações, mudaram as relações entre os cristãos de língua latina, os cristãos de língua grega e os muçulmanos. No caso das representações, o papel do papa Inocêncio III (1198-1216) foi decisivo. Ele incorporou o discurso da cruzada a práticas de fé cotidianas, mesmo daqueles que não tinham a intenção de participar dos contingentes militares que partiam para a Terra Santa. Dessa forma, por iniciativa do papado, a cruzada se consolidou como elemento de mobilização política e religiosa cuja lógica estava voltada para a resolução de questões no interior do mundo cristão ocidental. No Ocidente dos séculos XII e XIII, além da utilização da cruzada como instrumento de luta antiherética, emerge uma estrutura *sui generis* para a pregação e a expansão da doutrina. Os conflitos entre cristãos latinos, cristãos gregos e muçulmanos acontecem em relação com práticas de grande força simbólica.

Ainda que seja correto dizer que, durante a Idade Média, as tensões entre cristãos e muçulmanos foram frequentes, até os séculos XII-XIII, elas não haviam sido permanentes nem generalizadas, como também não se caracterizavam como um conflito militar entre duas confissões. Nas áreas de conquista em que populações de fé diversa partilhavam de um mesmo espaço de dominação, a condição de desigualdade não era um empecilho aos contatos. As guerras entre cristãos e muçulmanos eram realizadas de parte a parte segundo a mesma lógica de pequenas conquistas territoriais, realizadas por grupos guerreiros liderados por senhores locais. Não eram, portanto, motivadas pelo desejo de expulsão do elemento religioso exótico, mas pelo ideal de conquista. O avanço coordenado e contínuo de cristãos sobre os territórios muçulmanos sedeve a mudanças na guerra cristã, mas também ao recuo do islã, motivado por sucessivas crises internas a partir, em especial, do século XI.

O cenário começa a mudar em 1064. Nesse ano, o papado oferece benefícios espirituais aos combatentes envolvidos na conquista de Barbastro, na Espanha. Com isso, o discurso de uma causa religiosa para a luta ganha vulto, ajudando a mudar lentamente a natureza dos combates entre cristãos e muçulmanos.²⁸ Seria equivocado ver nisso um sinal de que a luta na Espanha se tornara uma guerra santa. No entanto, essa primeira interferência do papado será mais tarde incorporada a um sistema mais vasto de exclusão de fundamentação religiosa construído entre os séculos XII e XIII. De forma alguma se pretendi zer que, antes disso, existisse uma convivência harmoniosa entre cristãos e muçulmanos. Pretendemos, sim, destacar que, apenas a partir de então, a comunidade cristã reivindica uma identidade ligada a um espaço físico excludente. A mistura entre a guerra de conquista territorial e a ideologia religiosa do papado reformado (interessado em ampliar seus domínios de influência) produziu parte dessa mudança. Com isso, queremos afirmar também que a interpretação das relações entre cristãos e muçulmanos em termos de “choque de civilização” é historicamente determinada. Infelizmente, esse instrumento ainda hoje permanece em uso – explícita ou implicitamente – em abordagens de diferentes espectros políticos sobre as relações entre “Ocidente” e “islã”. É preciso superar esse ponto de vista. Dominique Barthélemy mostrou sua profunda inadequação para a consideração dessas relações mesmo durante as cruzadas.²⁹ No entanto, a expansão cristã mudou a paisagem mediterrânea. A alteração e mesmo a interrupção do fluxo de navios, pessoas, objetos, técnicas e mercadorias entre a península ibérica, o sul da Itália, o sul da França, as ilhas e o norte e oriente da África e a mudança na mediação do fluxo de bens entre o leste mediterrâneo e norte do Grande Mar afetaram fortunas, alteraram o volume dos contatos pessoais e diretos entre peregrinos e viajantes judeus, cristãos e muçulmanos, abalaram laços familiares mantidos entre regiões distantes e acarretaram movimentos migratórios que modificaram o Mediterrâneo.

As trocas culturais entre cristãos e muçulmanos precisam ser reconsideradas, inclusive tomando-se a guerra como objeto. Os conflitos bélicos são mais abrangentes do que as batalhas que os integram. A eles estão associados episódios de comunicação importantes, seja entre as partes ou a respeito delas. Assim, tanto durante a reconquista quanto no decorrer das cruzadas, os combates, mas também as alianças entre cristãos e muçulmanos,

acontecem ao ritmo dos interesses comuns. As negociações envolvem o conhecimento mútuo e o pacto de estratégias em que o aprendizado sobre o outro é incontornável. No âmbito das relações com o islã, não temos sempre e necessariamente encontros entre partes irreconciliáveis, em que a diferença de fé tem papel decisivo. Os grupos de aliados são mistos e obedecem a razões pragmáticas. Embora os casamentos não aconteçam, ou seja, as alianças sejam limitadas, isso não impede relações de cooperação relativa. E é esse interesse na cooperação que sustenta as estratégias de paz. Ou porque se ganha mais com a paz ou porque se perde menos com ela.

O caso célebre da permanência de Gerberto de Aurillac, o futuro papa Silvestre II, por três anos (967-970) em mosteiros catalães para estudar matemática árabe, embora diga respeito a um contato pontual e indireto com o islã, é extremamente importante tendo em vista a posição social do interessado. A projeção dos atos e ideias de um homem como Gerberto torna esse “caso isolado” socialmente significativo. O episódio aponta para o interesse que os muçulmanos despertavam e para o reconhecimento de sua ciência pelo alto clero do final do século X, dois temas que demandam reflexão. O envolvimento do imperador Frederico II com o islã constitui outro “caso isolado” significativo. O valor desses episódios não se esgota em documentar a intensidade da influência do islã sobre a cultura ocidental. Neles residem dados importantes para a compreensão das modalidades de comunicação entre populações em situação de conflito. Em tais situações, é preciso destacar também o valor da subjetividade dos sujeitos envolvidos, o que nos leva a outro nível de consideração dos “choques civilizacionais”.

Até o século XIII, a heterogeneidade linguística, cultural e étnica não constituía um problema político. Mesmo a heterogeneidade religiosa, sem dúvida mais problemática, só começa a dar origem à segregação e à perseguição sistemáticas a partir do século XIII após a ampla absorção pela sociedade dos efeitos da pregação da cruzada e da pregação anti-herética, bem como do sistema de repressão a elas associado.³⁰ Esses dois fatos dão força à ideia de diversidade religiosa como perigo político. Aí temos a produção de uma imagem homogênea que faz nascer então a Europa sob uma nova ideia de conflito externo e interno.³¹ Diante disso, talvez a perspectiva mais adequada ao medievalista seja, em vez de pensar a Idade Média como europeia, considerar como a Idade Média se torna europeia e o que isso representa.

A vastidão do campo obriga a que os estudos de história medieval europeia, islâmica e bizantina sejam feitos por especialistas diferentes. No entanto, tendo em vista os efeitos dessa compartimentação sobre nossa imaginação política, faz-se necessário o investimento dos historiadores em duas direções. Em primeiro lugar, a apresentação de sínteses historiográficas que escrevam uma história geral do período colocando em destaque as relações entre as partes dessa Idade Média abrangente. Em segundo lugar, a reflexão sobre os meios para a reconfiguração do quadro a que denominamos Idade Média no horizonte da pesquisa e do ensino. Um dos primeiros movimentos dessa reconfiguração evidentemente é a reincorporação de toda a bacia do Mediterrâneo à representação da Idade Média.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Idade Média é presente, embora não nos demos conta disso. Já se falou muito da evasão que a Idade Média permite àqueles que sonham com um mundo de fadas, cortesia e harmonia com a natureza. Também bastante comentada é a importância que a Idade Média tem como espelho da modernidade. Vista nesse caso pelo ângulo da carência (falta de Estado e de sistema jurídico, violência descontrolada, erudição), afirma o valor do discurso que apresenta o elogio dos tempos modernos (o Estado, o sistema jurídico, o controle da violência e os benefícios do sistema educativo e comunicacional). Mas existe uma forma, ainda mais eficaz, de “presentificação” da Idade Média tão profunda quanto pouco perceptível. Esta opera quando, sem que percebamos, fornece ferramentas que utilizamos na percepção e na explicação de situações do presente. Essa Idade Média, como as demais, não é medieval, mas resultado da forma como os historiadores modernos, sobretudo aqueles dos séculos XIX e XX, leram, organizaram e compreenderam os testemunhos do passado. E é dessas construções que vêm os instrumentos com os quais avaliamos nosso lugar no tempo e as relações entre povos, países e culturas. Dessa forma, se alguém nos disser que a história medieval consiste na história da Europa Ocidental entre os séculos V e XV, nada teremos a opor, pois esse ponto de vista corresponde ao cânone dominante. Se for dito também que essa é a história de um profundo isolamento marcado pela pulverização e a

personalização do poder, todos reconhecerão aí a Idade Média. O mesmo se daria ainda se falássemos em uma época de depressão econômica, de um comércio inexpressivo representado por trocas em feiras ralas mantidas por produtos locais excedentes ou de uma economia doméstica, limitada, autossuficiente, enclausurada em pontos difusos de um continente sofrido. Essa vida isolada e modesta, por fim, teria sido alterada pela revolução econômica perpetrada pelas cidades italianas ao longo dos séculos XII e XIII. A esse quadro igualmente o leitor bem informado nada teria a opor. Dando originalidade e coerência a esse conjunto, poder-se-ia sem problema justapor a Igreja e a fé cristã que, a sua maneira, contribuíram para o processo de “ensimesmamento” que durará até o despertar dos séculos XII e XIII.

Para essa Idade Média presa ao continente, o mundo externo seria compreendido pelas possibilidades imaginativas entre o mistério e o estranhamento. Dessa forma, a história medieval é apreendida como o processo, individual e solitário, de como a Europa se tornou Europa. As formações históricas contemporâneas aparecem para o historiador – bem como para o homem comum que reproduz a memória por ele proposta – como universos quase paralelos. A história da cristandade ocidental, a história bizantina e a história islâmica são conhecidas separadamente. A opção por essa maneira de narrar a história fez com que os fatos que testemunham encontros fossem evitados, minimizados, esquecidos. E esse procedimento naturalizado na cultura merece reflexão! Essa forma de exclusivismo europeu da Idade Média não se aplica, como se poderia pensar, apenas ao mundo islâmico. O Império Bizantino, que recebe esse nome dos conquistadores turcos – que recuperam o nome da cidade grega, Bizâncio, antes da fundação da Nova Roma –, sempre se reconheceu apenas como Império Romano. Ao negar a esse Império Romano tardio a identidade que ele mesmo se atribuía, não reservavam os historiadores apenas para si, europeus ocidentais, o direito a ter Idade Média? Quais as razões dessa forma de exclusivismo? Na verdade, a cada período em que a história geral da Idade Média é reescrita, é preciso considerar as preocupações maiores de cada geração de historiadores. Proceder a essa forma de autópsia da construção do passado também fortalece o discurso de reintegração do Mediterrâneo à Idade Média.

Até aqui, a visão dos historiadores é sem dúvida verdadeira, mas ela é incompleta. No entanto, essa incompletude legou à nossa memória histórica

uma visão distorcida das relações entre Ocidente e Oriente que afeta nosso sistema de valores e nossa capacidade de compreensão e tolerância. Podemos dizer, em síntese, que a maneira como concebemos a relação entre Oriente e Ocidente decorre mais daquilo que as representações históricas nos dizem do conjunto dos fatos. Reconsiderar a história da Idade Média à luz da existência do Mediterrâneo permite colocar em novos termos nossa forma de considerar as relações entre Ocidente e Oriente e nossa ideia de Europa.

Embora seja inegável que os atuais conflitos identificados, de maneira simplista, como enfrentamentos entre Ocidente cristão e Oriente muçulmano têm sua origem nos desdobramentos do ocaso do Império Turco entre fins do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX (contexto em que se dá a opção das grandes potências pelo petróleo como matriz energética), no entanto, políticos e eleitores europeus, bem como muito mais a Ocidente, lançam mão de suas memórias históricas sobre a Idade Média, formatadas pelo sistema de ensino e comunicação, para afirmar que o conflito é religioso e que a religião é uma fronteira, desde sempre: a Idade Média daria os exemplos...

Este livro não é o primeiro estudo a se perguntar se podemos falar em um Mediterrâneo medieval. Hoje, há muitos grupos pelo mundo que se dedicam a essa mesma questão e, neste momento, tudo faz crer que a Idade Média irá mudar, se tornar mais ampla, profunda e verdadeira, com a reincorporação do Mediterrâneo na observação dos processos históricos particulares de cada região, mas também pode melhorar nossa compreensão das possibilidades que as diferenças, por vezes inconciliáveis, apresentam à convivência. Sim, há um Mediterrâneo medieval! E, sim, seu conhecimento tem impacto sobre a história medieval tradicional e, dessa forma, também sobre os instrumentos por meio dos quais estabelecemos julgamentos sobre as possibilidades que as relações humanas oferecem.

O Mediterrâneo, porque se apresenta como espaço de relações que não se restringem ao Ocidente, nem à Europa, nem ao cristianismo, ao mesmo tempo que participa de movimentos fundamentais atribuídos à Idade Média – como o chamado “crescimento econômico europeu”³² –, leva-nos ao âmago dessa terceira forma de “presentificação” da Idade Média. Com efeito, esta consiste naquilo que é negado pelo Mediterrâneo: o mito da Europa, o mito do Ocidente e o mito da cristandade, ou melhor, a ideia de que Europa, Ocidente e cristianismo constituem unidades correspondentes essenciais, puras, cuja

existência se constrói em um processo endógeno, fruto do isolamento. Nos últimos 30 anos, os historiadores têm posto em questão essa imagem da Idade Média “ocidental”, “europeia” e “cristã”, mostrando como a Antiguidade – profundamente mediterrânica! – se reproduziu e se renovou ao longo dos séculos medievais, lançando por terra paradigmas da ruptura com o mundo antigo. No entanto, a observação do Mediterrâneo medieval tem feito ainda mais nesse sentido porque permite notar que a Idade Média e muitos de seus principais processos se dão nesse contexto em que as “fronteiras” – sempre imprecisas e débeis no período – se dissolvem.

Não queremos fazer o leitor acreditar que o Mediterrâneo medieval foi o paraíso da tolerância. Ele não foi! No entanto, ali, as relações próximas existiram e as comunidades interagiram constantemente. Seu devir histórico se torna mais densamente explicado quando essa interação é observada. No Mediterrâneo medieval, as diferenças religiosas entre cristãos e muçulmanos e entre cristãos ortodoxos e cristãos ocidentais (entre os quais há profundos ressentimentos e grandes desconfianças) não impediram, na maior parte do tempo, a partilha de espaços em terra e no mar, a troca de mercadorias que caracterizava uma relação complementar da qual nenhum dos lados nunca abriu mão inteiramente. O Mediterrâneo, já foi dito muitas vezes, é um espaço de trocas materiais e é por meio delas que as relações humanas se efetivam. Henri Pirenne não estava preocupado com nenhum problema mediterrânico. Em 1925, ele estava interessado em buscar novas razões para explicar o que era consenso: que a Idade Média se constituiu como um mundo fechado territorial, política, econômica e culturalmente e de costas para o Mediterrâneo.

O descuido de Pirenne com o Mediterrâneo se deve a causas legítimas. Afinal, a questão em 1925 era a Europa e a solução do impasse suicida que a Primeira Guerra, ainda bem recente, expusera de forma trágica e que, como os fatos futuros iriam mostrar, mesmo assim, não atingira um ponto de resolução. Décadas mais tarde, Fernand Braudel irá para a modernidade a fim de colocar o Mediterrâneo novamente em questão, mas aí o poder da determinação geográfica o torna alheio à via humana e o mar se transforma em uma poderosa estrutura superior. É possível entender a grande contribuição histórica de Braudel que, em meio à diligência dos descendentes dos primeiros anos da revista *Annales*, se esforçava para, por meio do apoio em outras

disciplinas, proclamar a independência e a superioridade em relação ao método e à política do século XIX, optando pela geografia. Dessa escolha nasceu sua percepção do impacto histórico de diferentes ritmos de mudança, provocados por tempos que doravante não eram mais unívocos, abatidos por diferentes temporalidades, umas mais longas, outras curtas, outras ainda longuíssimas. Braudel parece ser outra vítima da catástrofe europeia que procura traduzir em método e teoria sua perplexidade diante de um destino contraditório com as expectativas da razão e da liberdade.

As ideias de Idade Média resultam de escolhas feitas pelos historiadores, que escolhem segundo suas angústias. Assim, a cada geração, uma porção nova da verdade pode emergir. A Idade Média continental é um fato, mas o fechamento desse fato está em questão quando permitimos que os dados da história mediterrânica sejam reconhecidos. Assim, se não há nenhum movimento coordenado global no Mediterrâneo medieval, não deixa de ser um fato que aí há um movimento permanente. E, se este conhece oscilações e se seu volume não é similar ao do mundo antigo, isso significa não que nada aconteceu, mas justamente que esse espaço está repleto de acontecimentos. A forma estrutural de olhar para a história, buscando sejam políticas de grande envergadura coordenando e explicando os fatos, sejam formas econômicas previamente planejadas, não pode ser encontrada no Mediterrâneo. Tampouco pode ser razão para dizer que a Idade Média foi um espaço vazio de experiências políticas, econômicas e culturais. O Mediterrâneo não é um campo escuro, ele está em contato com margens que se prolongam mais ou menos segundo as regiões e o momento histórico.

E o que a memória histórica ganha com a valorização dos fatos mediterrânicos? Poder-se-ia pensar, em primeiro lugar, que ela rompe com o eurocentrismo e mostra a importância de outros povos, mas essa é uma visão pobre e desnecessariamente competitiva e beligerante. O que a história do Mediterrâneo nos mostra é uma economia-mundo acontecendo e, por meio dela, uma interação limitada, mas consistente a ponto de garantir um fluxo permanente de mercadorias, uma indústria (navios, tecidos, armas) e um desejo de desenvolvimento de instrumentos de comunicação e de confiabilidade mútua (letras de câmbio, cheques, bancos). A história mediterrânica não é uma história apenas europeia nem apenas islâmica, muito menos apenas bizantina. Assim, ela é a imagem distante que talvez devamos

considerar querer ver no espelho. Um mundo em que as diferenças não são dados de especulação, elas apenas são e devem ser, e em que essas mesmas diferenças não impedem relações nem o respeito de cada um continuar sendo o que acredita dever ser.

A história do Mediterrâneo é longa. Foi em suas margens e dentro dele que se deram lances decisivos da história humana: o deslocamento e a ramificação da enorme transumância humana que ainda está em curso; a revolução neolítica, a corrente sutil das trocas de matérias-primas que deságua no comércio, as primeiras cidades e organizações políticas complexas, a escrita, as grandes guerras e, por causa de tudo isso, a história. O Mediterrâneo antigo, difícil de dominar integralmente, era um espaço de encontros, trocas e invenção.

Este livro se coloca diante de uma urgência que consiste em colocar em questão representações geográficas e históricas para que possamos enfrentar os desafios de um mundo que está ultrapassando nossa percepção. A necessidade de apresentar este livro decorre então primeiramente da constatação de que, sem violar o princípio da escrita histórica de que cada afirmação e cada hipótese precisam estar fundamentadas em informação testemunhal recorrente, é preciso reconsiderar a história para a identificação daquilo que aproxima. E então voltamos à Idade Média, pois ela é o epicentro das formas de que tratamos. A ideia de Idade Média é construída em ruptura com essa lógica mediterrânica e é nela ou por meio dela que a própria ideia de Europa se impõe. Se as especificidades da Europa surgem, de certo ponto de vista, como evidentes, também é um fato que a perspectiva isoladamente europeizada é uma abstração que pode ter compromissos questionáveis. Não se trata de colocar em questão o valor da ideia de Europa, mas o caráter radical do recorte que normalmente acarreta. Recorte que muitas vezes está comprometido com valores que envolvem critérios de inferioridade e superioridade civilizacional, baseados na ideia de técnica, sem que a crítica a seu caráter destrutivo seja apresentada, ou também sem que seja apresentada em termos de conflito em que a impossibilidade de convivência se imporia.

Este livro almejou apresentar traços de relações ou apenas gestos que atravessaram essas distâncias e que as diminuem. Pretendeu mostrar que há uma Idade Média mediterrânica na qual existem fatos a considerar, coisas a descobrir e relações a perceber. O problema é complexo e o contexto em que

vivemos demanda grande responsabilidade em seu tratamento. Esperamos que a maneira como apresentamos aqui a questão assim se mostre e que dela um diálogo se desdobre com empatia e cooperação altruísta.

NOTAS

- 1 Este texto resulta dos diálogos mantidos com a colega e amiga Christiane Veauvy durante sua passagem pela Unicamp como professora convidada em março de 2016. Muitas das reflexões e leituras apresentadas por essa socióloga e ativista do Mediterrâneo (Provença, feminismo e saint-simonismo constituem seus ambientes de vida e trabalho) durante sua visita foram incorporadas a este artigo. Espero levar ao leitor, com a mesma humanidade com que me foi transmitido, o desejo por um “pensamento mediterrâneo”.
- 2 Timothy Snyder (*Terra negra. O Holocausto como história e advertência*. São Paulo, Companhia das Letras, 2016) procura comprovar que o assassinato em massa de judeus só foi possível em regiões em que os estados foram destruídos, deixando as populações inteiramente vulneráveis. O número de execuções oscilava segundo a intensidade da perda de soberania dos estados, sendo mais devastador nas áreas que sofreram dupla ocupação, alemã e soviética, entre 1939 e 1941 (Polônia, Estônia, Letônia, Lituânia e Bielorrússia). Nessas localidades, os habitantes procuravam esconder a memória do *status* anterior, oferecendo colaboração irrestrita ao novo invasor. “Gustaw Herling-Grudzinski, que esteve em um gulag de Stálin enquanto seu irmão acolhia judeus, escreveu: ‘um homem só pode ser humano em condições humanas’. O objetivo do Estado é manter essas condições, de modo que seus cidadãos não precisem entender a sobrevivência como único objetivo. O Estado serve para o reconhecimento, a garantia e a proteção de direitos, o que significa criar condições dentro das quais os direitos possam ser reconhecidos, garantidos, protegidos. O Estado resiste para criar uma ideia de perenidade” (p. 374).
- 3 Evidentemente, o motivo fundamental é o impacto econômico das imigrações. Nesse sentido, não faltam também pessoas para falar da impossibilidade de absorção pelo planeta de fluxos migratórios tão intensos. Tendo em vista que estes tendem a aumentar não apenas devido a guerras, mas também às alterações climáticas, a começar provavelmente pelas regiões insulares do globo, considerar a imigração seriamente é uma reflexão necessária. Se o impacto econômico é evidente, trata-se então de pensar também em uma nova forma de consideração dos bens materiais e do que é economia, algo já proposto pelo conceito de “desenvolvimento sustentável”.
- 4 Por mais absurda que essa afirmação pareça à luz da lembrança do passado colonial, ela tem efeito prático na medida em que o colonialismo estava firmado na ideologia da inferioridade dos povos colonizados e na recusa que muitos fazem entre a economia pós-colonial – por exemplo, importadora de petróleo e, portanto, veementemente incisiva nas políticas das antigas colônias – e a condição subsequente das regiões descolonizadas do Mediterrâneo.
- 5 Reportamo-nos ao mito da identidade europeia porque dialogamos aqui com uma tradição de escrita e de memória histórica orientada por compromissos europeus. No entanto, é preciso dizer que, naquilo que se refere ao entendimento mútuo, a crítica à identidade islâmica merece igual atenção.

- 6 Jean-Robert Henry. “La Méditerranée nouvelle frontière européenne”. In: Jean-Claude Ruano-Borbalan (org.). *L’identité. L’individu, le groupe, la société*. Auxerre, Sciences humaines, 1998, p. 359.
- 7 Edgar Morin. “Penser la Méditerranée et méditerranéiser la pensée”. *Confluences Méditerranée*, vol. 28. Paris, 1998-1999, pp. 33-47, especialmente p. 41.
- 8 *Idem, ibidem*, p. 45.
- 9 *Idem, ibidem*, p. 33.
- 10 É fácil perceber, por exemplo, nos ensinos fundamental e médio de história como o estudo dos antigos impérios do Oriente Médio às Penínsulas Balcânica e Itálica encontra-se a serviço da ideia de transmissão da civilização e os direitos de dominação que acarreta, ligada a ideologias que desde o século XIX têm forte impacto sobre a escrita histórica, sobretudo, imperialismos e nacionalismos.
- 11 Pensamos nos movimentos declaradamente antiocidentais, como o Estado Islâmico, mas não apenas, como se pode ver no tratamento genocida dado aos Iázi e na opressão a grupos xiitas.
- 12 “O Mediterrâneo (e o Mediterrâneo Maior que o acompanha) é tal como o que dele fazem os homens [...]. A circulação de homens, de bens, tangíveis ou imateriais, desenha ao redor do Mediterrâneo fronteiras sucessivas, auréolas. É de cem fronteiras que é preciso falar ao mesmo tempo: estas na medida da política, aquelas da civilização e da autonomia” (Fernand Braudel. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II*, vol. 1. Paris, Armand Collin, 1966 [1. ed.: 1949], vol. 1, p. 155).
- 13 *Ibidem*.
- 14 Notas pessoais.
- 15 A respeito desse último ponto, veja-se em particular David Abulafia. *O grande mar. Uma história humana do Mediterrâneo*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2014.
- 16 “Podemos pensar que todas as partes do mundo procurarão combinar grandes princípios comuns de orientação e de organização com as diferenças insuperáveis que separam as culturas e os sistemas políticos. O que supõe uma forte autonomia de cada dimensão da vida social. Preciso me explicar aqui mais concretamente. O mais fácil de admitir em um mundo em que as economias já estão fortemente internacionalizadas é a autonomia e não a integração das atividades econômicas. Em termos mais simples ainda, a economia de mercado, em sua organização fundamental, deve ser considerada como um componente necessário, mas evidentemente insuficiente, de um mundo globalizado. É preciso chamar a atenção dos grupos políticos e ideológicos radicais que querem identificar a economia de mercado com o capitalismo: rejeitar a economia de mercado não pode ter nenhum sentido político real no mundo em que vivemos [...] A ideia que quero introduzir aqui é que a coexistência de regimes políticos diversos é menos difícil de conceber e de realizar se a economia, a política e a cultura são tratados como domínios diferentes, dos quais cada país deve se esforçar para combinar as orientações” (Alain Touraine. *Nous, sujets humains*. Paris, Seuil, 2015, pp. 59-60 e 62. Grifos nossos). Nesse trecho, ficam evidentes a preocupação de Touraine com a sobrevivência da União Europeia e sua inclinação ao socialismo. Ele permite, no entanto, algumas reflexões sobre a Idade Média que podem ser vias esclarecedoras de teor específico das relações mediterrâneas estereotipadas pelos conflitos históricos (conflitos religiosos com Bizâncio, conquistas islâmicas, pirataria no Mediterrâneo, cruzadas) e pelas ideologias modernas, como o colonialismo e o nacionalismo.
- 17 Veja-se o estudo fundador de Fernand Braudel (*La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II. Op. cit.*). Para uma perspectiva mais atualizada

- da abordagem do Mediterrâneo, veja-se Franco Cassano & Danilo Zolo (org.). *L'alternativa mediterranea*. Milano, Feltrinelli, 2007. O conjunto mediterrâneo, para além de sua dimensão natural e econômica, precisa ter exposta também sua faceta humana por meio de um projeto geopolítico. Ao tratar do interesse dos saint-simonianos pelo Mediterrâneo no século XIX, Christiane Veauvy aponta sua plasticidade, indo dos objetivos de conquista aos desejos de aliança, o que a faz afirmar que a imagem do Mediterrâneo não resulta apenas de interesses políticos e econômicos. Diante disso, Veauvy se pergunta “que articulações entre saber e poder são recuperáveis a partir de coordenadas intelectuais, históricas, sociológicas, frequentemente ocultadas historicamente”. Para uma visão complementar, veja-se Marie-Noëlle Bourguet; Bernard Lepetit; Daniel Nordman & Maroula Sinarellis (org.). *L'invention scientifique de la Méditerranée: Égypte, Morée, Algérie*. Paris, Édition de l'EHESS, 1998.
- ¹⁸ Alain Touraine. *Nous, sujets humains*. Op. cit., pp. 59-60.
- ¹⁹ A esse respeito, vejam-se os ensaios de Eric Hobsbawm. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.
- ²⁰ Henri Bresc & Christiane Veauvy. “Introduction”. In: Henri Bresc & Christiane Veauvy (org.). *Mutations d'identités en Méditerranée. Moyen Âge et Époque Contemporaine*. Paris, Bouchène, 2000, p. 8.
- ²¹ Eric Hobsbawm (*Globalização, democracia e terrorismo*. Op. cit., p. 10) define globalização como “o mundo visto como um conjunto único de atividades interconectadas que não são estorvadas pelas fronteiras locais” cuja forma dominante atual é a de “um mercado global livre e sem controles”.
- ²² “É preciso refundar a ciência social dos dois últimos séculos e partir novamente do zero. Os dados coletados são, na melhor das hipóteses, apenas parcialmente pertinentes. Os conceitos fundamentais aguardam reconstrução. [...] ‘estamos apenas no começo, na pré-história de nossos conhecimentos’, como dizia Prigogine” (Immanuel Wallerstein. *Impenser la science sociale. Pour en sortir du XIX^e siècle*. Paris, Presses Universitaires de France, 1995, pp. 46-47).
- ²³ É o que evidenciam as histórias particulares de alguns deles, como François Guizot (1787-1874), oponente de Napoleão e conselheiro de Luís XVIII (1814), partidário da Revolução de Julho de 1830 e uma das figuras-chave da monarquia liberal de Luís Felipe (1830-1848), de que foi ministro do Interior (1830-1831), ministro da Instrução Pública (1832-1837), ministro de Assuntos Exteriores (1840-1847) e primeiro-ministro (1847-1848); Augustin Thierry (1795-1856), entusiasta da Revolução Francesa, secretário de Saint-Simon (1814-1817) e combatente liberal junto à imprensa; Jules Michelet (1798-1874), oponente do Segundo Império e defensor da República; Johann Gustav Droysen (1808-1884), membro do Parlamento em Frankfurt entre 1848-1849 – primeira assembleia constituinte dos estados alemães – e, em 1877, historiógrafo da Casa Real de Brandenburgo depois de ter desenvolvido sucessivamente estudos sobre Alexandre, o Grande, e as revoluções dos séculos XVIII e XIX; Alexandre Herculano (1810-1877), membro das forças liberais de D. Pedro IV após exílio que se seguiu a sua participação em revolta contra D. Miguel I (1831), deputado junto às Cortes e preceptor do futuro rei D. Pedro V; Theodor Mommsen (1817-1903), liberal entusiasta da unificação alemã, ativo junto à imprensa, deputado do Reichstag (1873-1882), opositor de Bismarck e Fustel de Coulanges (1830-1889), crítico da unificação alemã segundo concebida por Mommsen e preceptor da imperatriz Eugênia.
- ²⁴ Néri de Barros Almeida. “Por uma ‘Europa cultural’: Cultura e política na obra de Jacques Le Goff”. In: Néri de Barros Almeida (org.). *A Idade Média entre os séculos XIX e XX. Estudos de historiografia*. Campinas, Editora do IFCH-Unicamp, 2008, pp. 74-102.

- ²⁵ Patrick Geary. *O mito das nações: A invenção do nacionalismo*. Trad. Fábio Pinto. São Paulo, Conrad, 2005, apresenta um balanço da problemática.
- ²⁶ David Nirenberg. *Communities of violence*. Princeton, Princeton University Press, 1996; Robert Moore. *The formation of a persecuting society. Authority and deviance in Western Europe. 950-1250*. Malden, Blackwell, 2007.
- ²⁷ Muitos exemplos podem ser encontrados em David Abulafia. *O grande mar*. Op. cit.; Jaume Aurell (org.). *El Mediterráneo medieval y renacentista, espacio de mercados y de culturas*. Pamplona, Universidad de Navarra, 2002; Taryn E. L. Chubb & Emily Kelley. *Mendicants and merchants in the medieval Mediterranean*. Boston, Brill, 2012.
- ²⁸ No caso de Barbastro o papado se apropriava de um recurso utilizado por bispos durante as disputas da Paz de Deus que tiveram lugar entre cristãos em diversas localidades do centro-sul da atual França entre os séculos X e XI.
- ²⁹ Dominique Barthélemy. *A cavalaria. Da Germânia à França do século XII*. Trad. Néri de Barros Almeida e Carolina Gual. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.
- ³⁰ O modelo de exclusão de fundamentação religiosa se impôs de forma decisiva pela coincidência entre cruzada e luta anti-herética e o estabelecimento de estados orientados para uma política abrangente e inflexível no que se refere a território e justiça. Esses estados captam os pactos individuais estabelecendo uma relação pessoal com um modelo novo de abrangência política. Esse sistema estava assegurado na dimensão ética do pacto que em última instância era também uma questão de fé religiosa, pois firmado na própria ideia de pacto entre o homem e os poderes sobrenaturais. A religião soma a esse compromisso uma dimensão universal característica da expansão ilimitada e da conseqüente exclusão que se seguem.
- ³¹ Evidentemente há elementos anteriores que contribuem para a afirmação da identidade supraétnica europeia de fundamentação, portanto, religiosa, como a noção de *caritas* que remonta aos primeiros séculos da comunidade cristã (Anita Guerreau-Jalabert. “Caritas y don en la sociedad medieval occidental”. *Hispania*, vol. 60, n. 1. Madrid, 2004, pp. 27-62) e a espacialização do sagrado que se dá de forma mais nítida por volta do século XI (Michel Lauwers. *O nascimento do cemitério: Lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval*. Campinas, Editora da Unicamp, 2015; Dominique Iogna-Prat. *Maison Dieu. Une histoire monumentale de l'Église au Moyen Âge (v. 800-1200)*. Paris, Seuil, 2006).
- ³² Referimo-nos aqui às teses exclusivamente endógenas do crescimento econômico europeu a partir do século XI.